



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0484/05	DATA: 3/5/2005
INÍCIO: 14h51min	TÉRMINO: 15h42min	DURAÇÃO: 00h51min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h51min	PÁGINAS: 22	QUARTOS: 11

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ELIR CLARINDO - Delegado

SUMÁRIO: Tomada de depoimento. Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Declaro aberta a 14ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Não temos ainda o número regimental para votações. Temos requerimentos e a ata para votar. Mas esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública, com a presença do Delegado Elir Clarindo, a quem agradecemos a presença do Delegado Elir Clarindo, e ainda para deliberação de requerimentos.

Quero informar que o Delegado Elir Clarindo fez um trabalho sobre armas ilegais, provando que muitas exportações que eram para sair do País infelizmente não saíram, inclusive, se não me engano, uma das armas encontradas na mão de traficantes deveria ter sido exportada para o Sri Lanka, para se ter uma idéia. Então, essa é a importância do depoimento do Delegado Elir Clarindo. Ele até afirma: *“Acredito que 90% do armamento destinado à exportação que tenham sido apreendidos com marginais não chegaram a sair do País”*. Quer dizer, é uma afirmação bem forte, e nós gostaríamos de ouvi-lo nesse sentido.

Convido o Delegado Elir Clarindo para sentar-se aqui à frente, por favor.

Dr. Elir Clarindo, eu só vou fazer uma breve sinopse do que aconteceu no rastro das armas ilegais. Segundo o Delegado Elir Clarindo, pistola 9 milímetros é muito usada nas exportações fraudadas. Então, esse é um ponto que V.Sa. declinou sobre uma apreensão feita de uma pistola e se V.Sa. tem idéia de outras rotas que compõem esse abastecimento dos bandidos no Rio de Janeiro. Aqui nós vemos um artifício utilizado nesse sentido, que é uma arma que teoricamente teria ido para exportação e que foi parar na mão de um traficante. Então, o que V.Sa. tiver para nos auxiliar nos trabalhos desta CPI seria muito bem-vindo. V.Sa. tem o tempo que quiser para fazer uma preliminar. Posteriormente, os Deputados farão algumas perguntas sobre curiosidades nesta área.

Tem V.Sa. a palavra.

O SR. ELIR CLARINDO - Boa-tarde. Assim que terminou a Guerra das Malvinas, o Brasil, principalmente o Rio de Janeiro, foi invadido pelas pistolas Lamas. O Exército deve ter perdido o controle, o Exército argentino, e os militares venderam à-vontade para os marginais do Rio de Janeiro. Diversas delas foram apreendidas. Depois, nós não tínhamos como rastrear, porque, se eles perderam o controle, possivelmente, eles não tinham como nos informar. Depois começaram a



aparecer as pistolas 9 milímetros. Todas as pistolas apreendidas no Rio de Janeiro são exportadas, todas elas exportadas para o Paraguai, Argentina e, se não me engano, a Bolívia. Mas eles dão a firma que adquiriram lá, mas não se tem uma confirmação se a firma realmente recebeu a mercadoria. Parece-me que algumas firmas fantasmas importam, entende, ou estão exportando, mas não estão enviando. Estão comercializando dentro do Brasil as próprias armas. Esse lote de pistolas que deve ter ido para o Governo do Sri Lanka, que não se tem confirmação se foi realmente vendido, está com o brasão do Governo do Sri Lanka. Eu acho que outra delegacia também já apreendeu outra arma com esse brasão lá no Rio de Janeiro. Não dá para acreditar que essa arma foi lá no Sri Lanka e voltou para o Brasil, entende? Não dá para acreditar nisso. São alguns quilômetros de distância, milhares de quilômetros. O investimento que se tem que fazer para trazer essa pistola é elevadíssimo. São várias horas de voo. Então, eu entendo que a indústria tem que dar informações sobre quem foi o intermediário, quem adquiriu, como foi feito o pagamento, para que nós aqui não fiquemos vendendo sem remeter, e os traficantes consumindo um armamento que, além das armas longas, elas também fazem um estrago.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A palavra é sua. Quer dizer mais alguma coisa?

O SR. ELIR CLARINDO - Não, eu prefiro ser questionado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bem. A lista de inscrição para os questionamentos está com a Secretaria. Eu gostaria de saber, na sua experiência, quantos anos o senhor atua na polícia?

O SR. ELIR CLARINDO - Como diz o Coronel Josias, eu sou cascudo, 42 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, eu gostaria de saber do senhor, na sua experiência — eu vi que o senhor fez algumas pesquisas sobre armamento utilizado por delinquentes do Rio de Janeiro —, geralmente, de onde vêm esses armamentos?

O SR. ELIR CLARINDO - Olha, muitos. Eu já tive revólver Taurus que foi exportado para os Estados Unidos e foi apreendido. Quer dizer, ninguém vai sair daqui para comprar um revólver lá nos Estados Unidos, um Taurus. Eu acho que compra aqui mesmo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, só para o pessoal entender, é o seguinte: na sua opinião, esse revólver é exportado no papel para os Estados Unidos...

O SR. ELIR CLARINDO - E não vai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Fica por aqui mesmo?

O SR. ELIR CLARINDO - Fica por aqui mesmo. Como têm as pistolas que vão para o Paraguai, vão para a Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, o senhor continua com essa opinião de que grande parte dessas armas não são exportadas?

O SR. ELIR CLARINDO - Continuo. Essas pistolas que foram para o Sri Lanka, se realmente o Governo de lá adquiriu, elas podem ter sido subtraídas no embarque, no aeroporto. É preciso se fazer um levantamento, porque a fábrica não fornece ao delegado qual foi a data de embarque, não fornece nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah! Não forneceu nada?

O SR. ELIR CLARINDO - Nada... não, ela forneceu da pistola, mas não forneceu data de embarque nem a guia de exportação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nem a guia de exportação?

O SR. ELIR CLARINDO - Não. Eu não tenho competência para pedir esse documento dela, exigir dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso deveria ser a fiscalização do Exército, é isso?

O SR. ELIR CLARINDO - O Exército, eu não sei se o Exército seria competente, mas tem a fiscalização que cuida da exportação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A própria Receita Federal?

O SR. ELIR CLARINDO - A Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, na sua opinião, essa arma não tem a guia de exportação?

O SR. ELIR CLARINDO - Não tem não. Pode até ter com um conjunto. Ela pode ter sido subtraída aqui. Agora precisa de um estudo, saber quantas armas foram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas se foi subtraída... aí é que está: se um carregamento vai para o Sri Lanka, 500 armas, vamos dizer, se são subtraídas duas, três armas, claro que eles vão dar falta lá, não é?



O SR. ELIR CLARINDO - É preciso que saiba junto à fábrica se houve reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Reclamação ou coisa nesse nível, porque teoricamente nós estamos falando em duas, três armas. Quer dizer, podem ser 100, podem ser 200.

O SR. ELIR CLARINDO - Pode ser uma exportação fictícia também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Toda ela?

O SR. ELIR CLARINDO - Toda ela, porque é muita arma que vai para o Paraguai. Não se acredita. Para loja tal, loja tal, eles fornecem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E os traficantes do Rio ainda vão muito ao Paraguai buscar armas?

O SR. ELIR CLARINDO - As armas vêm ao Rio. Eles não vão não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eles não precisam ir lá buscar?

O SR. ELIR CLARINDO - Não, têm os fornecedores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Os fornecedores do...

O SR. ELIR CLARINDO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como esse que foi pego na Cinelândia há pouco tempo. Um senhor aposentado que fazia encomenda de armas.

O SR. ELIR CLARINDO - Têm muitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Têm muitos no Rio?

O SR. ELIR CLARINDO - Têm muitos. Eu acho que uma das falhas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E qual é a forma, na sua opinião, que estão chegando essas armas? É avião, é carro, é ônibus, é caminhão? Como é que é isso?

O SR. ELIR CLARINDO - As armas longas normalmente chegam de avião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De avião?

O SR. ELIR CLARINDO - Porque elas vêm do exterior, vêm de Miami. Já quase peguei um carregamento, só que eu caí no conto — e não tenho vergonha de dizer —, porque eu vi sair de dentro do avião o carregamento e entrar numa kombi um caixote de madeira. Quando seguimos, eles colocaram duas kombis com a mesma cor e a mesma placa. Encontrei, dentro da kombi, um caixote vazio. Não tenho vergonha de dizer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E que viu sair de dentro de um avião?

O SR. ELIR CLARINDO - Vi, fiquei lá assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É avião, assim, de carreira, normal?

O SR. ELIR CLARINDO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De carga mesmo? Deve vir com outra carga, não é?

O SR. ELIR CLARINDO - Não, de passageiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De passageiro?

O SR. ELIR CLARINDO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E aí veio, digo, deve vir com a especificação de outro nome de carga. Não vai vir arma, não é?

O SR. ELIR CLARINDO - Informaram que... eu vi lá: era um caixote, tinha etiqueta amarela, não tinha etiqueta branca. Ali, na reta da saída do aeroporto, o trânsito estava ruim e trocaram. Eu apanhei a kombi, mas era a kombi com o caixote vazio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, arma longa, na sua opinião, geralmente chega de avião?

O SR. ELIR CLARINDO - Chega de avião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E lá nos aeroportos mesmo? Não é nem...

O SR. ELIR CLARINDO - Lá nos aeroportos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não é nem em campo particular, coisa assim.

O SR. ELIR CLARINDO - Não, quando vem do interior de São Paulo ou de outros Estados, que elas vêm pela rodovia... a Polícia Rodoviária Federal da Dutra eu entendo que é eficiente. No interior de São Paulo, em alguns trechos de rodovia, a Polícia Estadual também entendo que é muito eficiente, porque o que eles apreendem de armas e de entorpecentes, a quantidade é boa. Agora, um caminho de grande fluxo de veículo, que é a rodovia Governador Mário Covas, a fiscalização é um carro parado no posto. Uma andorinha só não faz verão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer que aí o senhor está dizendo que é uma porteira aberta.

O SR. ELIR CLARINDO - É, não tem... Eu estou há 1 ano e 6 meses em Parati, e a Polícia Rodoviária Federal ainda não lavrou um flagrante de entorpecente, nem de usuário nem de coisa, enquanto na Dutra, em Resende, é peso, muita quantidade. Não sei o que está havendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está certo. Eu vou dar chance para outros fazerem perguntas.

Deputado Josias Quintal tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Devem ser velhos conhecidos.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - É. Eu só vim dar as boas-vindas ao Delegado Elir Clarindo. Há muito tempo que eu não o vejo, não é? E dizer para a Presidência da Comissão, para os companheiros Deputados, da minha convivência com Elir Clarindo, de quem eu tenho as melhores referências.

Elir Clarindo é um delegado abnegado, trabalhador, um grande investigador. E ele, nesse depoimento hoje aqui na Comissão, faz algumas afirmações, ele faz algumas colocações que podem abrir uma nova linha de atuação, uma nova linha de investigação da CPI.

Eu peço a V.Exa. que considere muito essas colocações que o delegado faz, porque algumas delas não são do tipo daquelas que saltam aos olhos. Quando falamos da venda de armas para o Paraguai, para as empresas-laranjas e outros países, isso é algo que salta aos olhos e algo que há confirmação. A polícia do Rio, quando formos ouvir o delegado da delegacia de armas, o pessoal da inteligência, eles vão nos fornecer dados seguros que mostram a existência dessas empresas-laranjas lá no Paraguai, que comprem as armas legalmente e fazem o contrabando aqui para o País.

Mas ele, Elir Clarindo, abre uma outra suspeição, que é com relação a esse armamento que chega por avião, inclusive cita esse episódio que ele quase flagrou. E eu só posso dizer que, pela experiência da convivência com ele, eu peço que considerem muito o que ele fala, porque se trata de um grande investigador da



Polícia do Estado do Rio; com esse jeitinho pacato, sereno, mas é um grande investigador.

Agora queria perguntar, Dr. Eli: o senhor iniciou um inquérito lá na 38ª DP?

O SR. ELI CLARINDO - Trinta e duas.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Na 32ª DP. Esse inquérito... o senhor depois saiu da delegacia, mas o senhor tem conhecimento de qual foi o desdobramento, se chegou a alguma conclusão, se ele finalizou com algum indiciamento, enfim...

O SR. ELI CLARINDO - Eu não me lembro bem do que se tratava, se foi flagrante de entorpecente, se foi auto de resistência, porque aquilo vai rolando. Eu mando para a fábrica, às vezes mando por fax, e recebo em 48 horas. Quando eles estão com disposição de informar, em 48 horas eles me dão a informação. Junto ao inquérito, relato e mando para a Justiça. A mesma coisa eu fazia na 23ª — todo dia tinha apreensão de arma lá no Jacarezinho. Era pistola e fuzil, no tempo do... um coronel que tinha lá.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Está bom, Sr. Presidente. Eu acho que precisamos conhecer melhor depois o teor desse inquérito, até porque se trata de uma coisa, de uma venda assim excepcional, que foi venda a Governo. E quando esse material, esse armamento chega aos criminosos, então isso merece uma investigação profunda. Como também precisamos depois investigar essa questão dessas granadas argentinas, que chegam em quantidade e que dominam o mercado durante um certo tempo. São granadas de fabricação argentina e parece que do controle do exército argentino. O Rio está cheio dessas granadas, são até umas granadas de péssima qualidade, mas...

O SR. ELI CLARINDO - Intimidam.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Intimidam e...

O SR. ELI CLARINDO - Causam estrago.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Causam estrago, inclusive com os próprios traficantes, muitos deles já sofreram acidentes mortais por conta disso. Mas elas chegam em grande quantidade, e é um tipo de artefato de Governo. Precisamos, nas investigações no Rio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quem seria no Rio o responsável por essa investigação?



O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Tem um requerimento meu pedindo a oitiva do delegado da Delegacia de Controle de Armas e Explosivos. Existe uma delegacia que foi criada, ainda na nossa gestão, exatamente para isso. Lá tem um Departamento de Armas e Explosivos, mas tem uma delegacia policial especializada em casos de armas e explosivos. É o Delegado Oliveira ainda, se não me engano, não é?

O SR. ELI CLARINDO - O Oliveira parece que foi para uma outra delegacia.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Mas é o delegado dessa especializada. Como também a Subsecretaria de Inteligência, que tem um trabalho de rastreamento iniciado já em 99, no ano 2000, que pelo tempo deve ter informações interessantes. Então, eu vejo hoje no Rio de Janeiro duas autoridades importantes para isso: a Subsecretaria de Inteligência e o titular da delegacia especializada em armas e explosivos. E também, evidentemente, havia necessidade de mais contribuição do Elir, porque ele tem a percepção e, certamente pela experiência, ele tem a sinalização de como essas coisas podem estar acontecendo. Talvez a gente tenha que conversar com ele mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Sr. Elir Clarindo, o senhor falou que o Rio de Janeiro foi invadido por armas a partir da Guerra das Malvinas. Foi investigada essa invasão de armas?

O SR. ELIR CLARINDO - Nós dizemos que — no jargão policial — foi “invadida”, porque foi um tal de se apreender pistola Lama 9mm, que entendemos que foi uma invasão daquele tipo de armamento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E esse esquema das granadas, será que não é a continuidade dessa invasão da Argentina e também de armas que vêm da Argentina?

O SR. ELIR CLARINDO - Também. Isso são os próprios militares.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Militares?

O SR. ELIR CLARINDO - Porque o Governo argentino, depois da Guerra das Malvinas, perdeu o controle sobre o armamento dele — há de se admitir. Muita coisa foi perdida e muita coisa foi desviada e dada como perdida.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além dessas armas que foram encontradas no Rio de Janeiro, o senhor disse que elas vêm aqui do País, quer dizer, são exportadas como uma espécie “Denorex” — parece, mas não é —, ou seja, parece que chegaram mas... Como se explica a arma que tinha o selo do Sri Lanka? Ou seja, seria uma máfia que funciona no País e que teria também esse controle? Como é que isso acontece?

O SR. ELIR CLARINDO - O delegado estadual não tem competência para fazer essa apuração, pedir o documento fiscal à fábrica, saber quem foi que autorizou a exportação, o dia, qual foi o avião, ou o navio, a quantidade de armas, saber se houve reclamação do comprador de que estava faltando mercadoria — nós não temos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora, o senhor, como delegado... quer dizer, na realidade, se essas armas estavam para ser exportadas para o Sri Lanka, então alguém ligado a essa intermediação alterou esse caminho. Ou seja, na realidade essas armas não saíram sequer do porto, ou aeroporto, não é?

O SR. ELIR CLARINDO - Ou parte dela foi desviada e parte foi remetida.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, nesse sentido teria a presença de agentes públicos nessa ação.

O SR. ELIR CLARINDO - Eu acho que armamento... Não sei quem é responsável, se é o Exército, se é a Polícia Federal, mas tem que fazer como se faz numa extradição: o cara foi extraditado e vai embora. Tem que se levar na porta do avião ou do navio e dizer: está entregue; o responsável é o comandante. Ele não pode deixar no porto para embarcar amanhã nem depois de amanhã.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, o senhor defende que haja o controle desde o momento da expedição até...

O SR. ELIR CLARINDO - O embarque.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...o embarque. Ou seja, para que efetivamente se perceba que as armas foram para o país a que estavam endereçadas.

O SR. ELIR CLARINDO - Destinadas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas isso não existe?

O SR. ELIR CLARINDO - Não, não existe.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Elir, além de armas que são exportadas para o Paraguai, Argentina, Bolívia, no Rio de Janeiro foram encontradas armas vindas também de outros países da América do Sul?

O SR. ELIR CLARINDO - Armas de fabricação russa, de fabricação norte-americana, alemã, suíça, na base de 8 a 10 por mês apreendidas. Todas elas são armas de longo alcance.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E essas armas, por exemplo, da Colômbia, Suriname e outros países ali, também sairiam ou não estariam saindo, mas ficam na fronteira?

O SR. ELIR CLARINDO - Olha, essa pergunta eu não tenho como lhe responder, porque a Colômbia tem problemas internos. Não vamos falar, até porque é público e notório, entende. Não sei como ela está combatendo o problema de armamentos, mas a guerrilha quer mais é arma e não vai mandar para o Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor acha que essa ação...que a gente podia até... todo o processo prova que aí houve, mais do que indícios, evidências de maracutaias que aconteceram no processo, praticadas por diversos agentes. O senhor acha que isso é ação apenas de intermediário ou isso é ação de uma organização, de uma máfia mesmo, uma organização mafiosa para fazer com que essas armas não cheguem ao destino e tenham vinculação? Porque se, de fato, você vai vender armas para um país e essas armas não chegam, a empresa que comprou deveria reclamá-las, e não há reclamação. Seria uma organização mafiosa que estaria funcionando nesse esquema todo?

O SR. ELIR CLARINDO - Eu não posso ser leviano e dizer que tem uma organização. Tudo leva a crer. Agora, acredito que só cruzando as informações para saber quais foram as empresas que negociaram para o Sri Lanka, que negociaram para o Paraguai, negociaram para a Bolívia, é que vai-se conseguir. Não é muito difícil a Comissão conseguir, porque essas armas não são destruídas, porque elas estão vinculadas a atos judiciais. Elas estão apreendidas no Rio, no DFAE. Se são pistolas, é só pedir ao DFAE que relacione e encaminhe a numeração de todas as pistolas 9 milímetros de fabricação Taurus, entendeu?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. ELIR CLARINDO - Aí vocês vão ver qual é a empresa que exportou A, B, C ou D. A fábrica vai informar.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nesse aspecto, a Receita Federal deveria também acompanhar todo esse processo sobre as guias de exportação e se, de fato, estão pagando...

O SR. ELIR CLARINDO - Os tributos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...os tributos; se, de fato, as armas saíram mesmo do País, ou se a “Operação Denorex” funcionou com muito destaque.

O SR. ELIR CLARINDO - Eu acho que para exportação de armas, o transporte até o aeroporto ou cais do porto deveria ser que nem o dinheiro da Casa da Moeda. Aqueles caminhões blindados, no Rio de Janeiro, 10 viaturas da PM vão interrompendo o trânsito todinho e vão avançando até o centro do Rio. Sai lá do Distrito Industrial de Santa Cruz, onde é a Casa da Moeda, e leva para o centro. Caminhões de dinheiro. Armamento é armamento, entende.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, o senhor considera, como delegado, que há muita facilidade para...

O SR. ELIR CLARINDO - Só facilidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só facilidade para se conseguir armas. Pode-se, às vezes, dizer que para se conseguir a droga parece que é mais difícil do que se conseguir a arma. Ou entra na mesma...

O SR. ELIR CLARINDO - É a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...na mesma coisa.

O SR. ELIR CLARINDO - A mesma coisa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só para concluir. Entre esses intermediários, o senhor identificou policiais civis e militares envolvidos, da ativa ou reformados, também nesse fornecimento?

O SR. ELIR CLARINDO - Olha, eu não cheguei ao fornecedor, porque eu não vou ficar com uma arma querendo saber. Eu interrogo o marginal quando ele entra: “Você comprou onde?” “Ah! Comprei no morro.” “Comprou de quem?” “Ah! Foi no fulano de tal, que mandou um vendedor ir lá.” Entende? Então, isso tem. Agora, dizer que é policial militar... têm muitos vendedores.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muitos vendedores. Mas, por exemplo, essa arma poderia ter chegado através de um policial corrupto que a passou.

O SR. ELIR CLARINDO - Eu não duvido não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não duvida?



O SR. ELIR CLARINDO - Eu não duvido não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dr. Elir, eu fiquei preocupado com uma coisa: acho que a maioria das pessoas pensava que o pessoal do crime organizado do Rio de Janeiro tinha que viajar até a fronteira do Paraguai para comprar armas. A sua afirmação é muito firme no sentido de dizer que compra é lá no Rio mesmo?

O SR. ELIR CLARINDO - Compra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na sua opinião, hoje teriam quantos trabalhando nessa intermediação? Uma dezena, duas, três? Qual é a sua opinião?

O SR. ELIR CLARINDO - Bom, eu não tenho nenhum amigo meu infiltrado nessas organizações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Para poder saber mais precisamente.

O SR. ELIR CLARINDO - Para lhe dar uma informação. Eu, quando fui fazer o trabalho no aeroporto, tinha gente infiltrada para transportar. Iam transportar junto com eles, arriscando-se a serem presas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem como organizar isso, por exemplo, por telefone? Teria um "telearma" lá?

O SR. ELIR CLARINDO - Olha, eu já ouvi uma gravação que chegou às minhas mãos: *"Dr. Elir, escuta essa gravação"*. Um indivíduo que negocia armas ligando para um outro traficante lá da Barra da Tijuca, um tal de Riquinho: *"Riquinho, olha aí, presta atenção aí, eu estou experimentando as peças, tararará... tararará, entende?"*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, pelo telefone eles faziam tiros para mostrar...

O SR. ELIR CLARINDO - Para mostrar que os caras estavam aceitando a mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que loucura! Com esse tal de Riquinho?

O SR. ELIR CLARINDO - É. Riquinho, que mora na Barra, traficante de drogas.



- O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Está preso esse indivíduo?
- O SR. ELIR CLARINDO** - Não posso lhe informar.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Não sabe.
- O SR. ELIR CLARINDO** - Hoje, eu estou isolado. Eu estou em Parati.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - É, está longe. *(Risos.)*
- O SR. ELIR CLARINDO** - A 250 quilômetros...
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Faz muito tempo que o senhor ouviu essa gravação?
- O SR. ELIR CLARINDO** - Olha, eu devo ter ouvido em 2003... não, em 2002.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Em 2002.
- O SR. ELIR CLARINDO** - Início de 2002.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, os caras até por telefone davam o barulho das armas. Então, na sua opinião, tem esse “telearma”?
- O SR. ELIR CLARINDO** - Eu não digo que tem o “telearma”. É que o cara que foi levar resolveu mostrar para o patrão dele, o vendedor de arma, que onde ele foi levar o pessoal estava gostando.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - É importante para a CPI ter uma idéia só. Desses intermediários de venda de arma, o senhor diria que tem mais de 5, tem mais de 10, tem mais de 50? O que o senhor diria? Porque uma coisa é a gente ir atrás de 2 ou 3; outra coisa é ir atrás de 50.
- O SR. ELIR CLARINDO** - Eu acredito que em cada morro, em cada morro deve ter 1 ou 2.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Um ou dois intermediários?
- O SR. ELIR CLARINDO** - Intermediários.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - Quantos morros teriam mais ou menos?
- O SR. ELIR CLARINDO** - São muitos. Parece-me que atualmente têm 600 favelas.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moroni Torgan) - E o senhor acha que em cada favela tem 1 ou 2 intermediários?
- O SR. ELIR CLARINDO** - Um ou dois. Com raríssimas exceções. Tem uma favela lá no Rio que...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, é muito maior do que eu pensava. *(Risos)*

O SR. ELIR CLARINDO -...não tem bandido, não tem tóxico: Rio das Pedras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com exceção dessa...

O SR. ELIR CLARINDO - Dessa. Eu só encontrei lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor diria, então, que, por aí, por baixo, uns 500 mais ou menos?

O SR. ELIR CLARINDO - Uns 500 envolvidos. É lucrativo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Até hoje isso?

O SR. ELIR CLARINDO - Até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não fez muita diferença o negócio de referendo?

O SR. ELIR CLARINDO - Até hoje. Apreendem 2 fuzis encostados na favela, assim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na sua opinião, o senhor acha que não tem um grande distribuidor?

O SR. ELIR CLARINDO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eles têm as fontes deles lá?

O SR. ELIR CLARINDO - Não têm não. Não vou dizer que todos eles sejam "formiguinhas", o senhor sabe, que vai lá e traz 1, traz 2; eles trazem quantidade também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, teriam uns 500. Talvez, um décimo disso seria mais robusto o tráfico?

O SR. ELIR CLARINDO - Mais robusto, concordo com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, seriam uns 500 que fazem o tráfico de armas e uns 50 que têm, vamos dizer assim, mais para atacado do que para varejo.

O SR. ELIR CLARINDO - Não é o tráfico só de arma, munições também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Munições também, claro. Explosivos.

O SR. ELIR CLARINDO - Munições, explosivos, granada mesmo, das Forças Armadas Brasileiras.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Das brasileiras mesmo também? Não é só a argentina não?

O SR. ELIR CLARINDO - Não, das Forças Armadas Brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E pega muito assim?

O SR. ELIR CLARINDO - Pega constantemente, porque é o soldado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dizem que esses tempos pegaram minas até.

O SR. ELIR CLARINDO - Mina terrestre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mina terrestre?

O SR. ELIR CLARINDO - Entende?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor estava falando uma coisa, e eu o interrompi. O soldado o quê?

O SR. ELIR CLARINDO - O soldado sai de dentro de uma comunidade onde ele viveu, nasceu e cresceu com o cara que anda com AR, o cara que vende tóxico, que anda com 2 pistola. Ele chega e comenta: "lá no meu quartel tem essas pistolas." Tem sido muito grande o número de subtração de armamento e munição das Forças Armadas praticado pelo soldado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pelo soldado que serve por um ano. É isso?

O SR. ELIR CLARINDO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É bem interessante. Infelizmente, a luta parece que é muito maior do que a gente pensa, porque vai ter que correr atrás pelo menos desses 50 aí que dominam esse comércio. O senhor diria que esse... o tráfico de armas está diretamente ligado ao tráfico de drogas ou são separados?

O SR. ELIR CLARINDO - Olha, atualmente, como ninguém mais tem arma em casa, não tem coleção, não quer comprar, não só arma curta como arma longa, eu acredito que só mesmo o tráfico é que tá comprando armamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E esses 2 tráficos, o senhor acredita que são ligados?

O SR. ELIR CLARINDO - Eles são ligados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom. Teria mais alguma pergunta, Deputado?



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso, o senhor fala aqui na matéria que as armas exportadas legalmente depois retornariam ao País contrabandeadas. Mas pelo que o senhor falou tem armas que nem saem do País.

O SR. ELIR CLARINDO - Bom, eu suponho que sai a guia de exportação, sai tudo...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. ELIR CLARINDO - ... vai o papel, às vezes nem vai, e a mercadoria fica.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O senhor não acha estranho? Por exemplo, no caso, o Exército do Sri Lanka estava comprando armas do País, e essas armas depois foram encontradas com o selo de lá. Não acha estranho que o Governo do Sri Lanka não tenha nem reclamado de que essas armas não tenham chegado?

O SR. ELIR CLARINDO - Eu acho estranho. Eu acho estranho. Eu questionei isso à fábrica, e a fábrica não me respondeu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não respondeu?

O SR. ELIR CLARINDO - Não respondeu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, de cada 100 armas que são exportadas, 90 retornam para o mercado interno da bandidagem?

O SR. ELIR CLARINDO - É. A aquisição se dá nos grandes centros urbanos. Rio e São Paulo consomem essa mercadoria.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor vem há 10 anos, o senhor vem fazendo um rastreamento dessas armas apreendidas nas delegacias por onde passa. Como um delegado e como um estudioso, o que o senhor considera como proposta para o enfrentamento dessa questão? Se o senhor fosse um Ministro da Defesa ou fosse um Secretário, o que o senhor diria? "Olha, para combater esse tipo de coisa, temos que fazer isso, isso e aquilo."

O SR. ELIR CLARINDO - Bom, eu digo que o controle de armas hoje em dia no País é feito pela Polícia Federal, é privativo dela fornecer autorização para porte e a fiscalização. A Polícia Federal, eu sei, tem dificuldades, tem apresentado excelentes trabalhos, mas podia se esforçar um pouquinho mais. Entende? Uma arma que foi lá para o Paraguai, para a Bolívia, consultou a fábrica, porque o SINARM agora é que consulta, uma coisa que poderia ser feita em 2 dias, porque



passa pela mão de um delegado, um expediente, agora vai depender do Brasil todo mandar para o SINARM, e eles fazerem a consulta. Então, eu acho que vai demorar, e a Polícia Federal tem que se desdobrar para aumentar a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu gostaria de agradecer a presença do Delegado Elir Clarindo e dizer que suas informações são muito importantes. Tivemos informações aqui bastante importantes, que nos dão a noção do tráfico de armas atuando, por exemplo, no Rio de Janeiro, em torno de 500 representantes comerciais de tráfico de armas — seria mais ou menos isso...

O SR. ELIR CLARINDO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...sendo que 50 grandes atacadistas no tráfico de armas —, a importância de que armas de grosso calibre têm vindo inclusive em vôos comerciais normais de passageiro, inclusive numa delas V.Sa. mesmo acompanhou esse problema.

O SR. ELIR CLARINDO - Acompanhei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Veja quantos problemas amontoados um em cima do outro: o problema de exportações que podem ser fictícias, quer dizer, que na verdade não vão aos países que são o destino das exportações. Em cima dessas suas constatações, nós vamos ter já um rumo da CPI para investigar nesse sentido.

Eu agradeço a presença de V.Sa.

V.Sa. tem um tempo para as considerações finais.

O SR. ELIR CLARINDO - Eu desejo aos membros da CPI que tenham êxito na apuração desse problema e tenham sucesso, porque é um problema que afeta a maioria das cidades brasileiras, os grandes centros urbanos, que hoje são vítimas. Não é só pensar que a pistola serve para o traficante; os grandes assaltantes de condomínios estão usando pistola, eles não querem outra arma, não, eles querem pistola. Então, é preciso que haja um maior controle sobre este comércio, para que se evitem, vamos dizer, problemas para as famílias. É isso que eu quero dizer e agradecer o convite. Eu me senti honrado de ter comparecido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu que agradeço, delegado e, como colega, agradeço a sua colaboração. Assim que tiver alguma notícia que puder colaborar, vamos deixar os telefones da CPI — o Manoel depois



passa para V.Sa. — para que possa colaborar conosco. Agradeço-lhe muito a presença.

O SR. ELIR CLARINDO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E parabéns pelas informações aqui prestadas.

Havendo número regimental, informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 13ª reunião.

Sendo assim, indago se há necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO ZICO BRONZEADO - Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, agradeço ao Deputado.

Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em discussão.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada a ata.

Passamos aos requerimentos.

Do Sr. Neucimar Fraga — diz o Fraga que é parente dele —, que “requer a convocação do Sr. José Luiz Chaves Peixoto para esclarecimentos sobre transporte de munição”.

José Luiz deve ser aquele lá de Feira de Santana, que foi colocado no depoimento aqui. Então, acho totalmente pertinente.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Item II da pauta

Requerimento do Sr. Paulo Pimenta, nosso Relator, que “solicita seja convocado, na qualidade de testemunha, o Sr. Carlos Henrique Gross, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por haver indícios de envolvimento no comércio ilegal de armas”.

Esse senhor é um médico e foi preso com vários armamentos na cidade de Santa Cruz do Sul.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Inclusive armamentos de grosso calibre e tudo. Só para terminar a matéria.

Em discussão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) – É sobre essa matéria? Então tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu não sei se nós deveríamos, a partir de agora, aprovar os requerimentos para que as pessoas pudessem ser intimadas tanto na qualidade de testemunha como de indiciado. Porque tem acontecido que a gente chama na qualidade de testemunha, e ele usa as prerrogativas de indiciado. Então, é melhor chamar na condição de indiciado, porque, pelo menos, a gente pode trabalhar com o indiciado. A gente trabalha com a testemunha e, portanto, com um procedimento de “imaginando”, para falar a verdade, e ele chega aqui e se utiliza do argumento do indiciado, que, aliás, é um direito constitucional dele. Então, eu não sei se a gente comete um erro quando a gente convoca como testemunha e não já como indiciado, porque o sujeito é indiciado mesmo. Ele não precisa ser indiciado nos termos da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vou explicar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Ora, Presidente, ele não precisa estar indiciado, nos termos da Comissão — claro, até porque o indiciamento só se dá no final, com o relatório —, mas convocá-lo sempre como testemunha é como se estivéssemos mentindo para nós mesmos. Não sei qual é a vantagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me colocar para V.Exa. a explicação.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Deixe-me terminar a minha sugestão, Presidente. Talvez nós aprovássemos os requerimentos sempre. Convidá-lo a esta Comissão, nas 2 condições, testemunha e indiciado. Ele jura como testemunha. Se ele colaborar, bem; se não, vira audiência e vira indiciado, porque senão fica uma palhaçada, fica todo o mundo aqui e não acontece nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na verdade, se nós convocarmos como indiciado, nós já o teremos como indiciado na CPI. Enquanto ele não for indiciado na CPI, ele não vai ter essa qualificação para a CPI.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Perdão, Presidente, não quero...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me terminar. Conseqüentemente, na qualidade de testemunha, se ele não disser a verdade sobre algo que não iria incriminá-lo, ele ainda vai responder por falso testemunho. Então, essa é a vantagem de convocar como testemunha.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não o contraditando e o contraditando ao mesmo tempo, V.Exa. foi Relator da CPI do Narcotráfico, em que trabalhamos juntos, nós não fizemos nenhum indiciamento por falso testemunho. Na verdade, chamá-lo como indiciado não significa o indiciamento da Comissão, significa que de alguma maneira ele é indiciado. Ele é indiciado mesmo. Ele responde, portanto, é indiciado nos crimes tais, tais e tais. A gente se utiliza do texto legal e convida como testemunha.

O que eu sugiro não é nem que a gente tire a idéia de testemunha, mas que a gente possa convocar das duas maneiras, porque aí não vai vir aquela... V.Exa. leu o despacho, o *habeas corpus* do Ministro Carlos Velloso, dizendo que ele tem o direito de ficar calado porque ele é indiciado. Ora — meu Deus! —, é óbvio que ele tem direito, pois se ele tem direito a ficar calado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Até não é, qualquer pessoa tem o direito de..

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...não se auto-incriminar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas isso é o direito do indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, qualquer pessoa. Não é...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sim. Mas esse é um direito constitucional, concorda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É um direito constitucional.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mais especialmente do indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu recolho a questão de ordem de V.Exa. e vou colocar para a...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Acho que a gente tem que pensar daqui em diante em como fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...Secretaria desta Comissão, vou fazer uma discussão para ver como acontece.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu quero sugerir a V.Exa. uma outra coisa, em função disso. A gente pode até aprovar assim, depois pode aprovar mais alguma coisa. Mas que V.Exa. possa convocar uma reunião dos Deputados com a Assessoria, uma reunião só nossa, que a gente possa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É que, infelizmente, até agora a Assessoria investigativa desta Comissão...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...ainda não veio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu sei que o Flávio está de férias, eu sei tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E eu gostaria que a assessoria da Polícia Federal viesse o quanto antes, porque infelizmente até agora ainda não veio.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É, acho que a gente podia mandar um documento da Comissão, por exemplo, reclamando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Exatamente, tanto à Polícia Federal quanto ao Ministro da Justiça, para que essa assessoria viesse o quanto antes.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É, acho que V.Exa. vai fazer um bem à questão das armas no Brasil. Mas, por outro lado, acho que mesmo ainda não estando completa a assessoria, a gente vai ter Banco Central, Receita etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tenha dúvida.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas enquanto isso não está completo, que a gente se sentasse para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acho boa a idéia de fazer uma reunião.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - ...efetivar as coisas, porque naquele dia eu fiquei... V.Exa., no final... eu saí daqui às 5 horas da tarde e V.Exa., eu vi, ficou sozinho depois. Não faz sentido. A gente de alguma maneira tem que sentar e decidir o rumo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Está bom.

Quero informar que está em discussão o requerimento para ouvir Carlos Henrique Gross.



Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero informar que, amanhã, dia 4 de maio, quarta-feira, às 14h, nós estaremos ouvindo o Sr. Humberto Silva, que era o motorista daquele caminhão. E estaremos ouvindo o Sr. Luiz Mário Beleza, que foi uma das maiores apreensões da Polícia Federal em termos de armamento feito.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, é outra operação, mas também no sul do País, se não me engano, na cidade de Bagé, que foi feita, com vários rifles, pistolas e revólveres e tudo o mais.

Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião, convocando outra para amanhã, às 14 horas.